

Mais uma edição da RERUT para o ano de 2019, com o compromisso de ampliar o número de artigos publicados em cada volume. Nos propomos a ampliar um artigo a mais em cada número. Em outras palavras, em 2019 publicaremos seis artigos em cada volume. Em 2020 serão sete artigos e, assim, sucessivamente até 2025 quando esperamos publicar doze artigos por volume. Um meta ambiciosa para uma pequena revista, que se faz grande, devido aos esforços dos leitores, autores, avaliadores, editores, etc. Convidamos a todos para participarem dessa viagem acadêmica.

Neste volume da RERUT, o primeiro artigo objetiva analisar os determinantes da **“Alocação de horas trabalho das mulheres no Rio Grande do Norte”**. Utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) e uma metodologia econométrica de um modelo de dois estágios de Heckman (1979) visando corrigir o viés de seleção presente em modelos tradicionais de escolha binária. Segundo os autores, os dados estatísticos da mão de obra feminina mostraram uma alta escolaridade, bem como uma alta taxa de ocupação das mulheres no mercado de trabalho. A renda média segue o mesmo padrão de crescimento nacional. Os resultados das estimações do modelo de Heckman (1979) apontaram que as mulheres com mais escolaridade e chefes do domicílio tendem a ofertar mais horas de trabalho. No entanto, a idade elevada e a falta de instrução reduzem a quantidade de horas trabalhadas, assim como a aposentadoria que apresentou efeitos negativos sobre a alocação de horas de trabalho.

O segundo artigo, **“As regiões goianas sob o aspecto da nova divisão geográfica do IBGE: o formal e o real, o imediato e o intermediário”** versa sobre a dinâmica econômica presente em Goiás. Mostra que tradições rurais/agrícolas impulsionam a prática do agronegócio e da industrialização. O estado passa por uma ocupação produtiva que cria regiões dinâmicas conectadas diretamente pelo capital externo. Este ensaio, parte inicialmente, da reprodução da literatura já existente sobre os diversos conceitos e definições para local, regional, espaço, para melhor explicar a região como algo que não deve possuir barreiras, mas pode se expandir para além do que está formalmente delimitado.

O ponto de partida do terceiro artigo, **“Consolidação do processo de planejamento do setor elétrico brasileiro (1960-1994)”**, consiste em uma discussão sobre a formação e estruturação do moderno Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Pretende-se demonstrar uma breve análise do SEB, considerando alguns aspectos relevantes da estruturação do setor e a experiência de planejamento setorial do Estado a partir da expansão do sistema elétrico em bases fundamentadas tanto no planejamento integrado como no grau de desenvolvimento econômico do país representado por um capitalismo industrial avançado.

O quarto artigo, **Estrutura econômica de Alagoas: a manutenção da especialização produtiva (1988-2010)**, tem como objetivo analisar a estrutura produtiva de Alagoas no período de 1988 a 2010. Recupera historicamente alguns elementos da economia alagoana, utilizando-se do método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Conclui-se que, continuou em vigor até 2010, a especialização produtiva em açúcar e álcool na economia alagoana. Essa continuidade ocorre em consonância com o movimento nacional da especialização regressiva dado a elevada participação do setor de bens de consumo não duráveis em detrimento de setores mais dinâmicos. Esse movimento é resultado da perpetuação e fortalecimento de um determinado grupo político-econômico-social, os usineiros.

O penúltimo artigo intitulado “**Emprego, renda e informalidade: um estudo da feira da cidade em Ananindeua (PA)**” analisa as principais características das relações informais de trabalho, enfocando um perfil muito específico de trabalhador: o feirante. Nas Feiras se combinam características de economia mercantil simples (EMS) e economia mercantil capitalista (EMC). Nesse espaço se encontram uma grande variedade de mercadorias e serviços. O artigo faz uma descrição e caracterização do trabalho do feirante, assim como sua interatividade com os processos de reprodução social; trata-se da informalidade como um padrão regular de ocupação e geração de renda; e por fim, aborda a precariedade das relações de trabalho do feirante e como ela se engendra aos mecanismos de superexploração e aviltamento das relações de trabalho próprias do mundo periférico brasileiro.

Encerrando o volume em tela, encontra-se um artigo intitulado “**Diferenciação da política social na composição orçamentária Potiguar: uma análise a partir de James O`connor**”, o qual analisa os orçamentos programático e executado, respectivamente, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Balanço Orçamentário (BO), do Rio Grande do Norte (RN) em torno da política social, no último trio de ciclos completos do Plano Plurianual (PPA) 2004/2015. A sistematização do artigo parte dos conceitos de Consumo Social (CS) e Despesa Social (DS) fundado no modelo de James O`Connor. Os resultados indicam que o Consumo Social apresentou valores muito superiores às Despesas Sociais no agregado, tanto na programação como na execução orçamentárias do RN. Nesse sentido, conservando seu caráter assimétrico.

Desejamos a todos, uma boa leitura.

Os Editores.